

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal do Brasil

Class.: \_\_\_\_\_

121

Data: 5 de Maio de 1986

Pg.: \_\_\_\_\_

### Cartas

#### Índios

A carta do antropólogo Márcio Pereira Gomes (JORNAL DO BRASIL, 26/2/86) é um festival de incoerências que bem caracterizam a visão deturpada e irreal que os antropólogos beira-mar têm da política indigenista e do índio brasileiro. Esses profissionais, que na sua maioria vêm no índio o objeto de estudo para a construção teórica do **outro**, com suas inspirações acadêmicas emanadas das Universidades de Harvard ou de Chicago, ou do estruturalismo francês levi-straussiano, encastelados num beco-sem-saída em função da medíocre produção brasileira, incapazes de elaborar categorias e conceitos próprios para a análise das sociedades ameríndias; procuraram construir um discurso político, cuja sustentação principal é a crítica pura e simples, a partir de um jargão complexo, comum aos que se dedicam também à contemplação do próprio umbigo.

Aos antropólogos foram dadas inúmeras oportunidades na Funai, em várias gestões no "tempo do coronéis" de que fala o missivista. Ocuparam cargos de diretoria e assessoramento, todos em Brasília, já que nenhum deles fica nas aldeias mais do que o tempo suficiente para a coleta de dados para a elaboração de teses que os transformará em doutores.

Distantes do problema, intitularam-se porta-vozes dos grupos que lhes serviram como pano-de-fundo para suas elucubrações etnográficas, muitas delas de validade duvidosa. À Funai destinaram o alvo acirrado de suas críticas, sem jamais terem se preocupado em propor uma solução concreta.

Tudo o que o missivista critica atualmente é exatamente o que o Minter e o presidente Apoena Meireles estão se propondo a solucionar: impondo uma política de responsabilidade, que acabe com o paternalismo (traduzido na literal compra de índios, hábito instituído pelo cel. Leal, pelo advogado Jurandi Fonseca e pelo policial Nelson Marabuto, todos ex-presidentes). Foram exatamente esses senhores que compraram as lideranças, criando a hegemonia xavante-xingu, que ficou patenteada nas figuras de Juruná-Raoni, em detrimento dos líderes autênticos que não vêm a Brasília e em detrimento de inúmeras outras sociedades indígenas.

Deve se lembrar o antropólogo que foi o anacronismo administrativo da Funai que permitiu o estabelecimento desse tráfico de influências e favores, verdadeiros lobby que não envolvem apenas clientelismo, mas também subornos.

Hoje, a opinião pública perdeu o encanto e está consciente desses fatos. Já não é mais possível manter-se a ilusão rousseauiana de "índio bom" porque esta metáfora não condiz com a realidade de uma sociedade em mudança.

Somente agora, os atuais dirigentes da Funai e do Minter tiveram moral, inteligência e coragem para mudar a instituição, deslocando-a de seu foco de tensões em Brasília, sumidouro de dinheiro e antro de corrupção, para levá-la até onde estão, de fato, as aldeias, e aí sim, prestar-lhes a assistência a que têm direito.

A afirmação do antropólogo de que "mais vale um índio pobre em bens materiais mas rico e feliz no seu território e cultura" teve endereço errado. Deveria ser direcionada, por exemplo, ao cacique Raoni, que faz pajelança em troca de cachê. Talvez tenha se esquecido o antropólogo que a pajelança é um ato cultural que envolve uma tríade: a sociedade, que crê nos sistemas cosmológicos que a sustentam; o doente, com uma etiologia diagnosticada em função dessa crença, e, finalmente, o pajé. O resto é circo.

Também não deve se esquecer o antropólogo que Rondon, citado por ele como herói, não tolerava nem padres nem antropólogos, sendo ele um positivista militante à luz de Augusto Comte.

Toda a revolta do missivista deve ser seguramente contra o fim da baderna em Brasília, onde se alojam vários de seus colegas de profissão, muitos deles lotados no Departamento de Patrimônio Indígena, que, ao contrário dos sertanistas, jamais elevaram a voz contra a política indigenista do tempo dos coronéis.

Certamente a autodeterminação dos povos indígenas incomodará pessoas como Márcio Pereira Gomes, porque, a médio prazo, redundará numa crise para a Antropologia brasileira, sempre omissa politicamente, limitada a um academicismo individualista e empobrecedor, além de, é claro, na perda de empregos bem remunerados. José Paulo Sabino Vilhena  
— Goiânia (GO).